



**RTEP** REVISTA ISSN: 2316-1493  
**TURISMO**  
ESTUDOS & PRÁTICAS

Artigo/Article

**INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS, MULHERES E IDOSOS POR  
MEIO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM  
COMUNIDADES DO ESTADO DO PARANÁ**

*SOCIAL INCLUSION OF YOUNG PEOPLE, WOMEN AND THE ELDERLY THROUGH  
COMMUNITY-BASED TOURISM IN THE STATE OF PARANÁ*

Juliana Carolina Teixeira<sup>1</sup>  
Patrícia Denkwicz<sup>2</sup>

**RESUMO:** A partir da perspectiva que o turismo de base comunitária se baseia em um desenvolvimento à escala humana e que a inclusão social é um processo que busca garantir que indivíduos acometidos por (in)justiças socioambientais desfrutem do direito ao acesso à economia, ao trabalho, à cultura, aos recursos naturais, à participação política e ao direito de perpetuar sua simbologia por meio do reconhecimento e da distribuição justa dos benefícios, a presente pesquisa objetiva analisar o turismo de base comunitária como vetor de inclusão social de mulheres, jovens e idosos nas comunidades locais do Estado do Paraná. A metodologia empregada aplicou uma abordagem qualitativa, utilizando a observação sistemática e a entrevista semiestruturada, com as comunidades que trabalham com o turismo de base comunitária em pequenos municípios do estado do Paraná, como ferramentas de coleta de dados. Conclui-se que o turismo de base comunitária pode ser uma estratégia para promoção da inclusão social, pois, observou-se com este estudo que a geração de trabalho e renda proporciona a permanência dos jovens em suas comunidades, inclui e traz autoestima para a

<sup>1</sup> Professora da Universidade Estadual do Paraná (Unespar/Campo Mourão). Bacharel em Turismo e Doutora em Geografia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9886-4920>. E-mail: [juliana.teixeira@ies.unespar.edu.br](mailto:juliana.teixeira@ies.unespar.edu.br)

<sup>2</sup> Professora na Universidade Estadual Paulista (UNESP/Rosana). Bacharel em Turismo e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5045-322>. E-mail: [patricia.denkwicz@unesp.com](mailto:patricia.denkwicz@unesp.com)



população idosa e valoriza o trabalho invisibilizado da mulher. **Palavras-chave:** Turismo; Inclusão Social; Turismo de Base Comunitária.

**ABSTRACT:** From the perspective that community-based tourism is based on development on a human scale and that social inclusion is a process that seeks to ensure that individuals affected by socio-environmental (in)justices enjoy the right to access the economy, work, culture, natural resources, political participation and the right to perpetuate their symbolism through recognition and fair distribution of benefits, this research aims to analyze community-based tourism as a vector for social inclusion of women, youth and the elderly in local communities in the state of Paraná. The methodology employed applied a qualitative approach, using systematic observation and semi-structured interviews with communities that work with community-based tourism in small municipalities in the state of Paraná, as data collection tools. It is concluded that community-based tourism can be a strategy for promoting social inclusion, since this study showed that generating work and income helps young people to stay in their communities, includes and brings self-esteem to the elderly population and values the invisible work of women. **Keywords:** Tourism; Social inclusion; Community-Based Tourism.

## INTRODUÇÃO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) tem se destacado como um modelo de turismo mais sustentável e socialmente justo, com potencialidade para promover a inclusão social das comunidades turísticas que o implantam. Diferentemente do modelo convencional e hegemônico de turismo, que frequentemente resulta em injustiças socioambientais, marginalização e exclusão social das comunidades anfitriãs, o TBC baseia-se no empoderamento comunitário, na gestão local, no desenvolvimento territorial e no fortalecimento e valorização comunitária como um todo, contribuindo para uma inclusão social mais equitativa e abrangente.

No contexto do TBC a centralidade das comunidades no planejamento e na gestão do turismo tem se destacado na promoção da inclusão social devido à valorização e fortalecimento da cultura local, à melhoria ao acesso a serviços essenciais/básicos, às oportunidades de emprego e ao fortalecimento sociopolítico das comunidades receptoras (Bauer, 2023; Fennell, 2024).

Além disso, observa-se que o TBC pode impactar positivamente na capacitação de grupos historicamente marginalizados, como mulheres e jovens, ao possibilitar que assumam papéis de liderança e gerenciamento de iniciativas turísticas (Sánchez, 2023). Nesse contexto, tem se a inclusão social sendo promovida de forma abrangente e significativa, uma vez que se promove a equidade de gênero, o acesso ao trabalho digno, a melhoria da infraestrutura básica, a inserção econômica, a participação política e o reconhecimento cultural e simbólico desses grupos.

Nesse sentido, esta pesquisa busca cobrir uma lacuna de pesquisa que se refere aos avanços dos estudos sobre turismo de base comunitária e a inclusão social, com foco nos debates sobre as relações de gênero e geracionais, no Estado do Paraná. Isso porque, identificou-se que o interior do Paraná é carente em estudos que atendam o avanço do turismo em comunidades locais das regiões interioranas que se organizam por meio da iniciativa de base comunitária. Dentro das reflexões promovidas neste estudo questiona-se: o turismo de base comunitária é um vetor de inclusão social em áreas periféricas no



Estado do Paraná? Para responder a este problema de pesquisa foram selecionadas iniciativas de turismo de base comunitária em pequenos municípios paranaenses que estão longe de grandes aglomerações urbanas e dos fluxos turísticos mais intensos no Estado.

Portanto, compreende-se que o TBC transcende a ideia de uma alternativa sustentável ao turismo hegemônico e alcança patamares mais altos, colocando-se como uma estratégia capaz de promover a inclusão social das comunidades turísticas. Desse modo, a presente pesquisa objetiva analisar o turismo de base comunitária como vetor de inclusão social de mulheres, jovens e idosos nas comunidades locais do Estado do Paraná.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Inclusão social no turismo

Para iniciar nossa discussão, destaca-se que o debate sobre inclusão social emerge da problemática da exclusão social, porém é crucial salientar que a inclusão não pode ser reduzida à dicotomia simplista de "incluído versus excluído". Embora o excluído seja frequentemente definido como aquele que está à margem, o processo de exclusão não pode ser plenamente compreendido apenas através dessa lente de dentro/fora. Ambas as condições são relativas e fluidas, uma vez que as fronteiras sociais que delimitam a inclusão e a exclusão são dinâmicas e variam em formas e dimensões variadas (Nascimento & Costa, 2015).

Considera-se excluído o indivíduo cujos vínculos comunitários foram rompidos, relegando-o às margens da sociedade onde perde visibilidade, reconhecimento e muitas vezes sua própria existência. Xiberras (1993, p. 21 *apud* Wanderley, 1997, p. 17) define os excluídos como aqueles que são rejeitados dos mercados materiais e simbólicos, assim como dos valores dominantes.

A exclusão social pode ser resultado da ação de grupos que buscam afirmar sua própria identidade, muitas vezes às custas da negação de outras identidades, ou através da recusa em reconhecer a igualdade, direitos e até mesmo de acesso a bens materiais (Wanderley, 1997; Elias & Scotson, 1997; Nascimento & Costa, 2015).

Em um cenário de exclusões, diversas alternativas de inclusões são discutidas. Tais discussões surgem, muitas vezes, como uma ação instintiva ao processo. Dentre essas "diversas alternativas" está o turismo, o qual é apresentado como instrumento eficaz na promoção da inclusão social, a qual é interpretada como um processo que objetiva "garantir que indivíduos acometidos por (in) justiça socioambientais desfrutem do direito ao acesso à economia, ao trabalho, à cultura, aos recursos naturais, à participação política e ao direito de perpetuar sua simbologia por meio do reconhecimento e da distribuição justa dos benefícios" (Denkewicz, 2020, p. 41).

Em relação ao debate da inclusão social por meio do turismo destaca-se a importância da incorporação dos princípios de sustentabilidade na prática turística através das políticas públicas (Sancho, 2010, p. 108), uma vez que o desenvolvimento do turismo pode gerar diversos impactos socioambientais devido à intensa utilização dos espaços e dos recursos naturais, impactando diretamente os territórios e suas comunidades. Portanto, torna-se imperativo discutir o turismo sustentável, desafiando os padrões já estabelecidos pela atividade e o tornando um pressuposto para projetos que visem impulsionar o desenvolvimento local por meio do turismo (Sancho, 2010).



Sancho (2007) enfatiza que os objetivos de sustentabilidade devem ser abordados no âmbito das políticas públicas de turismo, as quais determinam as diretrizes e estratégias para a gestão integral do desenvolvimento turístico em um determinado local. O autor sugere que a integração de compromissos de sustentabilidade nas políticas públicas pode representar uma alternativa aos modelos hegemônicos de turismo, os quais são orientados pela lógica da produção, consumo e mercado (Sancho, 2010, p. 109).

Nessa perspectiva, a inclusão social no turismo deve estar

[...] diretamente relacionada à formação de uma consciência crítica e cidadã na sociedade, além de estar vinculada aos aspectos éticos do processo, solidariedade e corresponsabilidade nas transformações cotidianas. Esta abordagem enfatiza o compromisso com os direitos e interesses coletivos, capacitando o cidadão a desempenhar um papel central e decisivo no processo de desenvolvimento (Irving, 2015, p. 60).

De acordo com Irving (2015), a inclusão social por meio dessas premissas representa uma forma de contracultura frente ao modelo hegemônico de turismo estabelecido. No entanto, no contexto turístico, a inclusão social muitas vezes está associada à inserção econômica, como frequentemente observado em publicações acadêmicas e relatórios oficiais (Nascimento & Costa, 2015). Comumente, são encontradas afirmações sobre o potencial do turismo em gerar e distribuir renda, promover o desenvolvimento regional e fomentar um elevado consumo de produtos e serviços locais (Nascimento & Costa, 2015, p. 102). Contudo, é importante salientar que esta perspectiva se concentra, principalmente, na inserção econômica das comunidades envolvidas no turismo e não em sua inclusão social.

Na análise dos Planos de Turismo, observa-se que o plano de 2007-2010 intitulado "Uma viagem à inclusão" se concentra principalmente no crescimento do mercado doméstico, com uma interpretação limitada da inclusão social centrada na inserção econômica (Sancho & Irving, 2011; Nascimento & Costa, 2015). Esta abordagem pode impedir a efetiva transformação do turismo em uma estratégia de inclusão social ampla, especialmente quando confrontada com as múltiplas dimensões da inclusão social descritas por Irving (2015).

A orientação exclusiva para o desenvolvimento econômico no planejamento turístico não garante necessariamente a redução das desigualdades sociais, a preservação ambiental e cultural, nem promove melhorias significativas na qualidade de vida das comunidades locais. Em vez disso, pode apenas facilitar a inserção econômica de alguns grupos ligados ao setor.

Para que o turismo possa verdadeiramente contribuir para a inclusão social nas comunidades turísticas, é crucial evitar simplificações puramente econômicas. Nesse contexto, Nascimento e Costa (2015, p. 106) identificam diversos fatores que podem promover uma abordagem mais inclusiva:

- Iniciativas de turismo de base comunitária, que envolvem colaboração autogestionada com as comunidades locais.
- Criação de empregos de qualidade, juntamente com programas educacionais voltados para o trabalho e o empreendedorismo.
- Empoderamento de novos atores sociais representando grupos específicos historicamente marginalizados.



- Estabelecimento de estruturas de governança democrática para a gestão do turismo e temas relacionados.
- Implementação de observatórios para monitorar e mitigar impactos negativos do turismo.
- Estímulo à formação de cooperativas para integrar trabalhadores autônomos à estrutura produtiva e social dos destinos turísticos.
- Valorização efetiva dos aspectos histórico-culturais das populações locais nos produtos e serviços turísticos.
- Ampliação dos benefícios socioeconômicos do turismo para comunidades vizinhas, através da criação de emprego, intercâmbio cultural e melhoria dos serviços públicos.
- Investimento em infraestrutura que beneficie tanto turistas quanto residentes locais, como hospitais, sistemas viários e sanitários.
- Promoção da colaboração entre atores sociais do turismo e outros envolvidos no desenvolvimento local.
- Iniciativas de capacitação para facilitar a inserção no mercado de trabalho e explorar novas oportunidades profissionais.
- Oferta de microcrédito e apoio ao empreendedorismo.

Esses elementos destacam a necessidade de uma abordagem multifacetada e inclusiva para o desenvolvimento do turismo, visando não apenas o crescimento econômico, mas também o fortalecimento social, cultural e ambiental das comunidades turísticas.

Autores como Irving (2015), Sancho (2007) e Nascimento e Costa (2015) afirmam que interpretações e análises que transcendam o binário inclusão e exclusão são fundamentais para o desenvolvimento pleno da inclusão social. Nessa perspectiva, Irving (2015, p.58) apresenta algumas categorias de análise, que resultam dessa interpretação mais ampla da inclusão social:

a) Dimensão política:

- Formação cidadã, no sentido de participação e representação na esfera pública de tomada de decisão;
- Exercício de direitos e deveres de cidadão;
- Descentralização de poder e ações por parte dos órgãos governamentais em um sistema de corresponsabilidade e governança democrática;
- Capacidade de organização e/ou engajamento político através de redes sociais;
- Acesso à informação de qualidade para orientar o processo de tomada de decisões.

b) Dimensão econômica

- Oportunidades de renda digna e inserção na dinâmica econômica local, nacional e regional, na lógica da articulação local-global;
- Padrões dignos de qualidade de vida e inserção econômica pelo *mainstream*;
- Acesso a benefícios econômicos compartilhados a partir de ações coletivas;
- Valorização das prioridades locais nas estratégias de desenvolvimento;
- Acesso aos meios de crédito via renda.



c) Dimensões do trabalho

- Acesso a postos de trabalhos reconhecidos pela legislação;
- Estabilidade nos postos de trabalhos;
- Direito à educação como meio de inserção no mercado de trabalho;
- Acesso aos meios de crédito via trabalho;
- Satisfação no trabalho;
- Garantia de qualidade do ambiente de trabalho;
- Garantia de segurança no trabalho;
- Sentido de remuneração justa pelo trabalho realizado.

d) Dimensão cultural

- Garantia de reconhecimento, valorização e fortalecimento das tradições, valores e costumes locais;
- Garantias de proteção e conservação das referências histórico- artísticas e culturais;
- Oportunidades de intercâmbio com outras culturas;
- Reconhecimento e afirmação da diversidade cultural como premissa de uma sociedade aberta;
- Acesso à oportunidade de lazer de qualidade;
- Direito à expressão de religiosidade e espiritualidade em todas as suas formas;
- Garantia de reconhecimento e respeito às diferenças.

e) Dimensão ambiental

- Garantia de acesso a um ambiente saudável;
- Garantia de compartilhamento e usufruto de patrimônio natural conservado e de valor coletivo;
- Garantia de acesso à informação qualificada sobre práticas sustentáveis e uso responsável dos recursos naturais não renováveis;
- Direito cidadão a uma ação responsável ou aos meios para se exercer esse direito.

f) Dimensão social

- Direito à qualidade nas relações sociais;
- Direitos assegurados na prevenção/combate aos problemas sociais críticos;
- Garantia de prevenção contra a exploração e discriminação de qualquer tipo;
- Acesso à oportunidade de educação e saúde de qualidade;
- Sentido de coesão e fortalecimento de laços sociais do grupo;

g) Dimensão simbólica/imaterial

- Sentido de pertencimento ao grupo social;
- Sentido de bem-estar e felicidade;
- Sentido de valor de ancestralidade e cosmologias do grupo;
- Sentimento de cidadania planetária (comunidade de destino) e
- Sentido compartilhado de existência.



Com base nessas dimensões, é possível realizar uma análise abrangente da inclusão social, compreendendo o desenvolvimento desse processo. Irving (2015) sustenta que promover a inclusão social envolve capacitar a sociedade para cultivar um senso crítico, promover direitos de cidadania, solidariedade, corresponsabilidade nas mudanças sociais e assegurar a participação ativa dos indivíduos, permitindo que desempenhem um papel central e decisivo no processo de desenvolvimento.

Ademais, para promover a inclusão social no turismo, é necessário um processo de transformação no entendimento sobre o planejamento turístico, enfatizando a busca por soluções criativas e a construção de um modelo endógeno de desenvolvimento. Este modelo deve ser caracterizado pela inovação e pelo compromisso com o engajamento dos atores sociais locais como pilares de sustentabilidade. Essa abordagem demanda o desenvolvimento de metodologias que considerem a subjetividade, não se limitando apenas à racionalidade (Irving, 2003, p. 181).

Embora o turismo possua potencialidades significativas, não é realista esperar que este seja “capaz de eliminar as diferenças responsáveis pela clivagem social, já que algumas delas (modos de vida, por exemplo) são responsáveis pela atratividade do destino” (Nascimento & Costa, 2015, p. 107). No entanto, é necessário buscar por modelos e práticas turísticas que amenizem essas diferenças.

Nesse contexto, Irving (2003) argumenta que o Turismo de Base Comunitária (TBC) representa a abordagem mais eficaz para conciliar o desenvolvimento turístico com os princípios da inclusão social. Este modelo não apenas preserva os recursos naturais e valoriza a cultura local, mas também descentraliza a gestão turística, transformando os atores locais em protagonistas do processo de gestão da atividade. No TBC, “a participação social e o diálogo são efetivados através do envolvimento das lideranças e representações locais no planejamento e desenvolvimento do turismo, por sua familiaridade e experiência com a realidade local” (Sancho, 2010, p. 109).

## **O papel do turismo de base comunitária na inclusão social**

Compreende-se neste trabalho que, o fator humano é basilar para o TBC. Isso porque, o TBC nasce de demandas de grupos sociais na escala local, que sofreram com os efeitos negativos da economia utilitarista, e se opuseram a esse modelo, defendendo seus modos de vida e produção (Maldonado, 2009). A ideia do TBC, assim, está baseada no fator humano e se assenta na concepção de uma economia à escala humana. Essa economia, conecta-se com as pessoas e não com as coisas (Max-Neef, 1993). Uma das críticas à economia clássica, é observar a sociedade por meio de números, indicadores, fazendo abstrações das necessidades humanas, olhando para dados e não para as demandas reais dos indivíduos. Nesse sentido, a economia se desconecta da vida, do local onde ela acontece e de seus atores. O desenvolvimento na escala humana é sobre olhar para pessoas e não para coisas, é sobre pensar em respostas com base nas necessidades reais dos indivíduos, partindo deles também as sugestões e ações para a resolução de seus problemas.

Entendendo que o TBC se baseia em um desenvolvimento à escala humana, as comunidades que dele lançam mão, assentam na forma de gerir o turismo em economias alternativas que não possuem o lucro como objetivo principal e sim a autonomia e a qualidade de vida. Dessa forma, o TBC é promovido nas comunidades onde ocorre em modelos que vão na contramão da lógica da economia capitalista. Não por acaso, as



economias alternativas, têm crescido ao redor do mundo e sido adotadas por comunidades locais.

Ao se fundamentar em economias plurais (Zaoual, 2009) o TBC deve ser planejado e gerido por meio da autogestão. Nesse sentido, deve-se colocar de maneira colaborativa como ferramenta de combate à pobreza e contribuir para o desenvolvimento na escala local, valorizar, fortalecer e complementar os arranjos socioprodutivos locais, buscando a diversificação econômica por meio de microempreendimentos, manter renda e lucros na localidade e favorecer a inclusão social. A autogestão é fator fundamental para o desenvolvimento da comunidade de forma autônoma. Gerir coletivamente e colaborativamente o turismo, em que o modo de vida e produção da comunidade é o atrativo principal, deve fazer emergir nela o sentimento de autoestima. Porém, para que a autogestão seja possível, é necessário que a comunidade possua condições mínimas para que possa buscar sua autonomia.

Ao falarmos de autonomia, fundamenta-se este trabalho em uma perspectiva em que o apoio mútuo, a cooperação e a solidariedade são o caminho para alcançá-la nas comunidades locais, em contraposição à competição, ao individualismo e a meritocracia imposta pelo sistema capitalista. Um dos caminhos para o desenvolvimento e o bem-estar social reside no fortalecimento de elementos culturais e morais como confiança, reciprocidade, cooperação e solidariedade (Kropotkin, 2009).

Nesse sentido, o debate de Tzul Tzul (2019) esclarece de forma teórico-prática, como as comunidades exercem seu papel político em busca do direito à autonomia, de maneira a se autogerir. A autonomia dos grupos sociais se estabelece por meio de três elementos-chave (trabalho, terra e justiça) que impedem a totalização do Estado e do capital em seus territórios, que estão constantemente sob agressão. Portanto, a defesa dos territórios comunitários tem íntima relação com o TBC. Abordando o turismo por meio de uma economia baseada no fator humano, na autogestão e, portanto, baseada na busca pela autonomia da comunidade, o modelo é uma ferramenta capaz de auxiliar na luta, instituição e manutenção dos territórios. É importante destacar que o TBC deve estar apoiado em outras práticas, uma vez que sozinho não tem essa capacidade.

O TBC, também se baseia no território das comunidades, onde a vida acontece, uma vez que o trabalho, a terra e as lutas políticas fazem parte da formação histórica dos modos de vida e produção que os circunscrevem. Compreendemos, que o espaço geográfico, enquanto instância social e não mera superfície (Santos, 2006), não pode ser pensado de maneira estática e fechada, mas sim, como dimensão da pluralidade e multiplicidade (Massey, 2008). Desta maneira, o território como categoria de análise desse espaço historicizado, é também “território abrigo” (Santos, 2005) e, refletimos que é nele onde a autonomia comunitária é gestada e faz frente a tentativa de homogeneização do capital, uma vez que “[...] Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche” (Santos, 2005, p. 255).

O território das comunidades, assim, se impõe, frente a totalização do Estado e do capital e abriga a pluralidade de modos de vida e produção, mesmo que haja tentativas de supressão. É nesse sentido que compreendemos o espaço geográfico como dinâmico e diverso (Massey, 2008), uma vez que existem diferentes visões de mundo ocupando o espaço-tempo de maneiras múltiplas. O TBC é entendido como uma ferramenta que auxilia na defesa dos territórios das mais diversas comunidades, cada qual em seu espaço-tempo. Entende-se, nesse sentido, o território como um dos elementos-chave do



TBC na medida que ele ocorre na circunscrição das relações sociais históricas das comunidades e, pode ser utilizado por elas em sua defesa.

A relação turista e comunidade local, baseada em uma vivência de trocas entre os atores envolvidos, está fundamentada neste trabalho, no conceito de ajuda mútua de Kropotkin (2009). Isso porque, se as relações do turismo convencional estão baseadas em uma perspectiva material de consumo, o TBC estabelece relações solidárias. Não estamos afirmando que a relação de consumo e material deixa de existir, pelo contrário, elas ainda permanecem. Contudo, observando os vínculos sociais baseados na ideia de solidariedade em Kropotkin (2009), compreende-se que esses estão mais ligados à cooperação do que a competição. Dessa forma, as trocas estabelecidas entre turista e comunidade local se voltam mais para a prática da hospitalidade e da relação assentadas no fator humano. Assim, há uma conexão equitativa entre os grupos sociais envolvidos em uma perspectiva de ajuda mútua. A solidariedade na ajuda mútua, não significa uma relação estabelecida com base em sentimentos como amor, simpatia e caridade, ela se estabelece na cooperação, na relação que mantém os indivíduos coesos como fator de sobrevivência (Kropotkin, 2009).

Esse esforço significa dizer que o turista estabelece, mesmo que breve, uma associação com a comunidade receptora em que ambos têm interesses e objetivos que são passíveis de serem concretizados por meio dessa relação. Mais que isso, a solidariedade baseada na ideia de autonomia individual e coletiva da ajuda mútua estabelece relações mais humanas e voltadas para a manutenção, fortalecimento e sobrevivência da vida em sociedade. Esse imperativo não ocorre em uma conexão social estabelecida no turismo por meio de relações baseadas apenas no consumo e na competitividade que geram resultados negativos como o efeito demonstração e/ou a mercantilização do modo de vida e produção local (Coriolano, 2006). Apoiando-se nas críticas de Kropotkin (2009) ao capitalismo, que separa o homem da natureza e transforma as relações sociais em relações puramente materiais e baseadas no consumo, entende-se que devemos buscar vencer esse paradigma e fortalecer laços solidários de colaboração.

Ao estabelecer um vínculo mais próximo com o turista, as comunidades locais criam para si a oportunidade de gerir seu patrimônio de maneira mais responsável, ao contrário das experiências do turismo massificado e predatório. É por meio de seu patrimônio que os grupos sociais locais manifestam seu modo de vida que compreende sua própria identidade, sua relação com o meio natural (Maldonado, 2009). O patrimônio comunitário é compreendido “[...] por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo” (Maldonado, 2009, p. 29).

Em razão das suas características, entende-se o patrimônio comunitário como um dos elementos-chave do TBC, em virtude da necessidade de proteger e fortalecer a relação da comunidade com sua cultura e os recursos naturais. É preciso sobretudo, por meio da autonomia, que a comunidade possua ferramentas que permitam decidir sobre si mesma e sobre os seus recursos que tem à disposição. Nesse sentido, a valorização da cultura local e a proteção dos recursos naturais, ao fazerem parte do que compõe o patrimônio comunitário, entendido como seu modo de vida e produção, se coloca como imperativo do TBC, ou seja, no auxílio da defesa, fortalecimento e renovação da cultura local e manejo adequado dos recursos naturais.



## METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e descritiva para explorar o conceito de inclusão social e do Turismo de Base Comunitária. A escolha por essa metodologia reflete a intenção de discutir teoricamente essas temáticas sem o objetivo de quantificação. Para o levantamento de dados em campo, foram selecionadas cinco comunidades que trabalham com o TBC (ou trabalham próximas à ideia do TBC), em diferentes porções do Estado, que estivessem em pequenos municípios (até 50 mil habitantes). Representantes de comunidades e comunitários foram entrevistados, por meio de entrevistas semiestruturadas e demais levantamentos foram realizados com observações sistemáticas. Os levantamentos em campo ocorreram no território das comunidades. Cada grupo de indivíduos (jovens, mulheres e idosos) foram observados partindo da sua interação com a comunidade e de suas próprias percepções. As entrevistas ocorreram concomitantemente com a família, para que esta interação pudesse ser analisada.

Os dados coletados foram analisados à luz da categoria analítica da inclusão social, tomando como base a análise qualitativa, que se refere a um processo indutivo que objetiva a fidelidade ao contexto observado e se fundamenta nas mesmas pressuposições da pesquisa qualitativa (Alves & Silva, 1992). Essa forma de análise busca entender o aspecto pluridimensional dos fatos em sua exteriorização natural, também procura assimilar os diferentes significados de uma experiência vivida (André, 1983). Desse modo, interliga-se a fala dos sujeitos estudados ao contexto em que estão inseridos e delimita-se a abordagem teórica do pesquisador para demonstrar na redação uma sistematização e interpretação dos resultados através dessas interligações (Fernandes, 1991).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

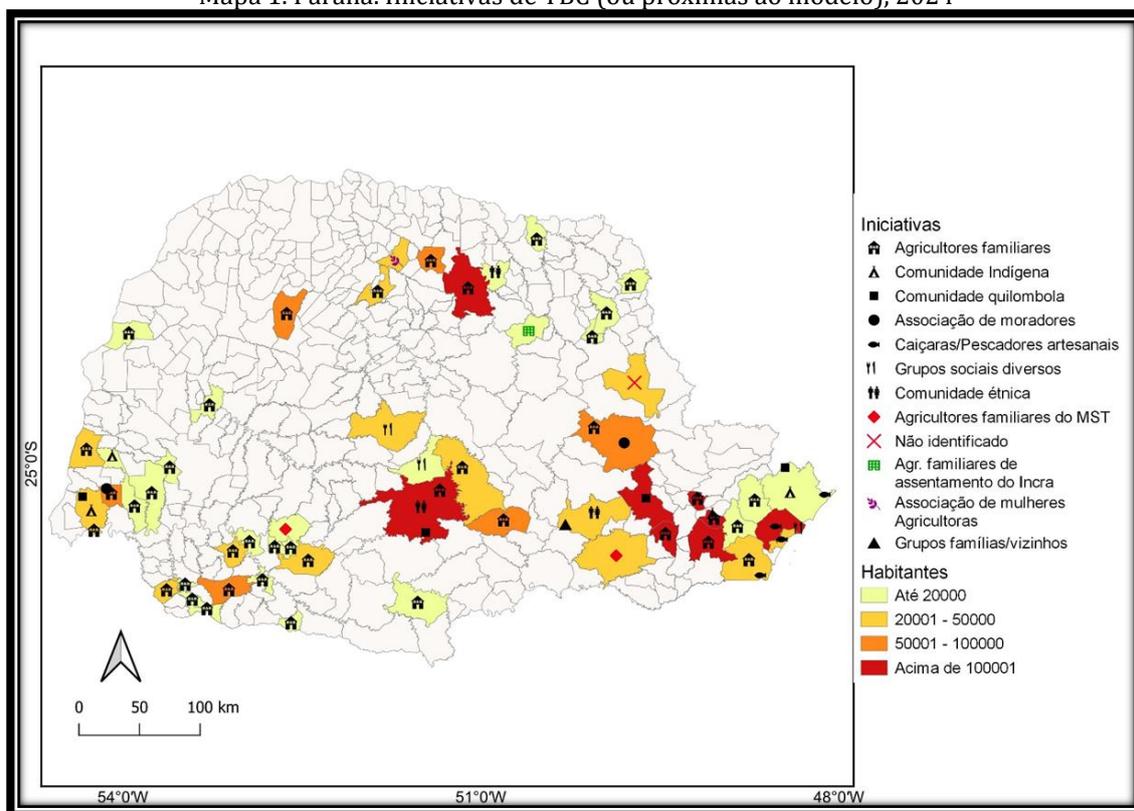
Para pensar a inclusão social na perspectiva do Turismo de Base Comunitária, esta pesquisa debruçou-se, sobre o tema da inclusão de mulheres, jovens e idosos, em pequenos municípios periféricos do Estado do Paraná. Estes grupos sociais, em específico, historicamente marginalizados, sentem os efeitos de um processo que os submete à exclusão, também em pequenas localidades, onde as oportunidades de inclusão são ainda mais precárias em um contexto de esvaziamento destas áreas (Endlich, 2009). No Paraná, o turismo de base comunitária tem se colocado uma das abordagens para buscar a inclusão social destes grupos, conforme Teixeira (2024).

O mapeamento das iniciativas de comunidades locais que buscam o TBC como uma das saídas (Teixeira, 2024), deixa evidente a diversidade social e a multiplicidade de atores que lutam para vencer o processo de periferização do sistema econômico hegemônico a que são submetidos. As 80 iniciativas encontradas no Estado (Mapa 1), entre aquelas que se identificam como sendo de TBC e, aquelas que não o conhecem, mas trabalham próximas a ele, chama a atenção para o tamanho da força das comunidades, que em grandes, médios e pequenos municípios estão mobilizadas em direção a sua autonomia.

Grande parte das iniciativas está localizada em pequenos municípios. Do total, 27 deles possuem até 20 mil habitantes e 14 deles possuem até 50 mil. Dentre os grupos sociais envolvidos foram identificados agricultores familiares, pescadores artesanais,

associações de mulheres, povos indígenas, quilombolas, agricultores de assentamentos rurais, entre outros.

Mapa 1. Paraná. Iniciativas de TBC (ou próximas ao modelo), 2024



Fonte: Teixeira (2024)

O TBC tem como um de seus resultados oportunizar a inclusão social do ponto de vista de grupos minoritários e marginalizados, inclusive, dentro das próprias comunidades. É claro que, em razão das diferentes culturas e entendimentos de mundo, cada comunidade organiza-se de maneira a definir socialmente os papéis e, compete a essa comunidade e, não aos indivíduos externos a ela, a evolução dessa organização. Porém, como abordamos anteriormente, as implicações positivas de uma globalização inclusiva é envolver as comunidades de todo mundo e repensar as formas como cada grupo é tratado, dentro de cada comunidade, inclusive, no que diz respeito aos cumprimentos dos direitos humanos. Nesse sentido, trazemos para a reflexão pontos que compreendemos relevantes para debater no que concerne ao papel nas iniciativas das mulheres, dos idosos e dos jovens.

Das iniciativas identificadas no mapeamento empreendido por Teixeira (2024), cinco delas foram selecionadas para levantamento de dados em campo, por meio de entrevistas e observações. As iniciativas foram o “Caminho das Paineiras”, no município de Altônia, o “Caminho da Uva” no município de Mariópolis, o “Caminho do Café das Mulheres”, no município de Pinhalão, o Assentamento do Incra, São Luiz, em Sapopema e a “Gralha Azul”, no município do Turvo. Em todos esses municípios, foram identificadas iniciativas que de muitas maneiras contribuem para a inclusão de mulheres, jovens e idosos, por meio do TBC.



Em Altônia os entrevistados descrevem que o trabalho no turismo é dividido entre todos os familiares e todos participam das atividades nas propriedades. Na família de Fernanda, os homens trabalham com as tarefas para receber os turistas/visitantes e também na agricultura. Fernanda fica com a com as tarefas da cozinha e a recepção. A filha dela trabalha no bar e na loja, enquanto o marido, o filho e o genro se revezam na limpeza do quintal, na segurança, no atendimento do bar e no estacionamento. O marido de Fernanda também trabalha junto com ela na recepção. Fernanda conta que “[...] a família toda limpa os quartos, mas sempre tenho um casal de funcionários para ajudar, já gerei uns 15 empregos aqui. Eu sou a gerente”.

Pedro, que possui o restaurante no “Caminho das Paineiras” esclarece que quando recebe grupos maiores, toda a família participa do trabalho “[...] se vem 80 a 100 pessoas a gente contrata mão de obra para garçom e cozinha. Trabalhamos em quatro pessoas e contratamos mais uns quatro garçons, chega a dar sete pessoas trabalhando no restaurante”. Na propriedade de Helena, toda a família participa e também se reveza entre a produção de café e o turismo. O trabalho na cozinha, preparação das mesas e recepção é todo organizado e realizado pela Helena e ela contrata mais uma assistente para ajudar. O marido e o filho ficam com o trabalho mais pesado de manter a estrutura organizada e limpa para os visitantes.

Em Mariópolis o técnico do IDR afirma que todos da família se envolvem tanto nas tarefas da agricultura quanto nas do turismo. A forma como se dividem as atividades e como isso é conduzido muda de família para família, mas de maneira geral, todos estão envolvidos. Na época da Festa da Uva, no verão, quando se recebe mais turistas/visitantes, as famílias se dividem para atender os diferentes grupos que chegam nas propriedades, para dar conta do fluxo. Os homens, de maneira geral, estão mais voltados para as atividades que demandam força e as mulheres ficam com tarefas relacionadas com a produção de alimentos. A característica da agricultura baseada no trabalho do núcleo familiar (Ploeg, 2008), expande essa característica para o turismo e envolve toda a família nos processos relacionados.

De fato, toda a família participa das atividades na propriedade, desde os jovens até os idosos. Porém, durante o campo, com relação ao turismo observamos que são as mulheres quem mais planejam e fazem a gestão da atividade com a família, inclusive, delegando as tarefas. Esse fato pode estar relacionado ao contexto social das tarefas relacionadas à hospitalidade, ao bem receber, aquelas ligadas ao preparo das refeições, arrumação dos quartos e da casa, tão intimamente ligadas ao turismo, sejam tarefas sempre atribuídas às mulheres, inclusive o trabalho de gerenciamento de todo o núcleo familiar.

Em Pinhalão, o projeto do “Caminho do Café das Mulheres” tem tentado trazer à tona essa perspectiva e debater o papel da mulher nas atividades da propriedade familiar. A técnica do IDR conta que “[...] quando a gente pensou no projeto a ideia era jogar luz no trabalho delas sobre a produção do café [...] não que os homens não estejam juntos, eles estão juntos e a ideia é essa de destacar o trabalho das mulheres”.



Segundo uma das agricultoras, o projeto relacionado à produção de café especial, que nasceu antes do projeto de turismo, foi construído pelo IDR, porque as mulheres são mais cuidadosas e teriam melhor capacidade de produzir um café que demanda maior nível de detalhamento na produção. Todavia, não apenas isso, a ideia também era valorizar o trabalho da mulher que “[...] não serve só pro trabalho da casa. A mulher entende também da lavoura, da técnica, estamos ativas na lavoura, as pessoas agora podem ver que sabemos e entendemos de produzir café. Sabemos de tudo que está acontecendo na propriedade”.

A agricultora complementa que todos estão envolvidos e que seu marido e sua filha participam juntos do turismo. Ela explica que gostaria que a filha fizesse o ensino superior de Agronomia e continuasse na propriedade, para ela o turismo é uma ferramenta de valorização da propriedade ao olhar dos jovens, porque “[...] eu acho que elas vendo isso elas valorizam mais. Existe uma expectativa de que na cidade tudo é melhor, mas vendo o pessoal vindo para cá e valorizando elas percebem o quanto aqui é bom”. Rosa, vizinha de Marilena, reforça a relevância e as injustiças entre a busca por equidade de gênero.

A mulher trabalha muito e trabalha em casa, então a gente trabalha dobrado. Tem um casal que trabalha assalariado aqui e mora no patrimônio. Aí eu sempre falei pro meu marido que o que a gente pagasse pro homem a gente ia pagar igualzinho para mulher porque além de trabalhar no campo chega em casa e ainda tem que fazer o dever de casa. Para mim tinha que receber ainda mais (informação verbal).

Em Sapopema, enquanto Jurandir respondia à questão sobre o turismo ser compatível com o modo de vida da família ele foi interrompido pela esposa ao relatar que “[...] a família trabalha e mora tudo aqui, então os turistas não atrapalham, então a gente descansa na segunda ou terça fazendo trabalho da roça. Aqui é trabalho todo dia. Não é muito serviço porque a gente tá acostumado a trabalhar, não é um problema”. Apesar do esposo afirmar que há total compatibilidade do turismo com o modo de vida e produção da família e não ter qualquer problema nisso, a esposa explica que

[...] o mais cansativo é acordar para fazer café da manhã. Tem gente que precisa tomar café para subir o pico aí a gente acorda 1 da manhã para fazer café, mas isso é uma vez por mês e tá bom. Não vamos aumentar isso. Uma vez teve duas rodadas de café da manhã, uma às duas e outra às quatro da manhã, aí nem dormi. Aí como tem que ser mão-de-obra da casa não dá para contratar a gente fica nesse tamanho. Meu filho reclama que sábado tá de madrugada trabalhando e não tá em festa, mas tem que trabalhar, é a renda hoje. O turismo é um negócio para nós (informação verbal).

No Turvo, o casal responsável pela “Gralha Azul” entrou nas reflexões sobre a equidade da atuação dos diferentes gêneros no turismo. Eles explicam que na iniciativa os jovens que trabalham atendendo os turistas, a maioria deles é do gênero masculino e trabalha com atividades de esporte de aventura. A única jovem do gênero feminino trabalha no guiamento, mas atua com maior ênfase no trabalho de planejamento e gestão que demandam maior esforço intelectual e menor esforço físico. Nas propriedades as mulheres estão envolvidas com as atividades ligadas ao bem receber (em geral ao trabalho doméstico) e os homens com a construção das estruturas e ao trabalho mais pesado. Segundo a jovem



Eu [...] não me sinto menos capaz porque fisicamente não sou igual eles, mas é uma questão biológica, porque intelectualmente somos iguais, meus pais são muito liberais mas a sociedade me molda a me sentir inferior por não acompanhar eles fisicamente. Os turistas já falaram ‘aí que legal que você ajuda ele, que lindo’. Claro que em alguns pontos eu ajudo e em outros ele me ajuda, mas trabalhamos juntos e, trabalhar escrevendo um texto não é mais fácil que carregar pedra e vice-versa, são trabalhos diferentes. Mas não é um problema local, nem daqui, nem único, é generalizado [...] agora nos povos indígenas homens e mulheres fazem artesanato porque a construção de gênero deles é diferente (informação verbal).

Na agricultura familiar é possível observar o papel suprimido da mulher em seu trabalho produtivo e reprodutivo. A jornada tripla de trabalho invisibilizada, inclusive, pelas estatísticas, ao passo que esse trabalho é subnotificado pelos registros, torna o papel da mulher inferior aos demais indivíduos e mantém a continuidade da sua exploração reprodutiva não remunerada (Meus & Ethur, 2021). O trabalho com a associação do café das mulheres e a comunicação da relevância do seu papel via turismo, busca fazer emergir publicamente a existência dessa desigualdade de gênero no campo. Estudos buscam apontar alternativas para trazer reflexões sobre possíveis contribuições que trazem emancipação para as mulheres (Varotto, 2017) e, o Turismo de Base Comunitária também tem entrado na pauta como uma dessas perspectivas. É fato que, no turismo, predomina a manutenção e reprodução da inferiorização do papel da mulher e a invisibilização e exploração do seu trabalho produtivo e reprodutivo (Calvet, Conde & Almela, 2020). No Turismo de Base Comunitária estudos apontam que o modelo tem se demonstrado promissor com uma tendência em se valorizar e trazer para a arena social a questão da justiça na equidade de gênero (Araújo, 2016). Isso ocorre em razão dos elementos-chave do TBC, em relação à inclusão social e igualdade como já mencionamos, mas sabemos que ainda existem muitas problematizações a serem feitas e, o tema, ainda demanda mais pesquisas e,

[...] para que ocorram maiores avanços na sociedade, é necessário modernizar conceitos e desconstruir o patriarcalismo, dando voz às mulheres e tornando visível todo o seu trabalho produtivo e o impacto no desenvolvimento dessas propriedades, pois mesmo que tenha sido omitido às mulheres a valorização do seu trabalho, isso não inviabilizou sua luta, pois continuam desbravando novos espaços e construindo o protagonismo feminino no campo (Meus & Ethur, 2021, p. 11).

A valorização dos idosos e dos jovens é percebida nas iniciativas. Em Mariópolis, percebemos a inclusão dos idosos, ao passo que ficam com a responsabilidade de receber os turistas/visitantes contando as histórias da migração, do município e da família. Tomando chimarrão nos espaços coletivos da casa (geralmente a varanda, ou a área de produção e estoque do vinho) os idosos passam tempo com os interessados na cultura local.

Devemos refletir sobre o envelhecimento da população brasileira e, pensar o habitar desses indivíduos nas cidades. Não apenas nas delimitações espaciais físicas, mas também as sociais que separam as diferentes gerações, gêneros, classes sociais, orientações sexuais, entre religiões e dela com os ateus (Correa, 2016). E, não só nas cidades, mas no campo, nas áreas periféricas, como nos pequenos municípios. Estudos demonstraram que após a pandemia de 2020, o sentimento de solidão dos idosos passou



por um aprofundamento que é característico nessa fase da vida (Rezio *et. al.*, 2023). Observamos que parte dos estudos em turismo que abordam sua relação com os idosos pensa em sua perspectiva como turistas e/ou praticantes de lazer, mas não observamos que a literatura debate a relação dos idosos com o turismo em uma perspectiva de quem atende a demanda. Nesse sentido, é preciso refletir como a relação do turismo e a velhice, que vem crescendo gradativamente no Brasil, inclusive nos pequenos municípios, pode aliviar sentimentos como o isolamento e refletir em efeitos como a valorização do saber dessa faixa etária. Nas entrevistas, percebemos que os idosos dos pequenos municípios, com o turismo, se sentem orgulhosos e ativamente participantes do convívio social.

Se em Mariópolis a primeira geração no Paraná está mais ativamente ligada com o compartilhamento das tradições locais, os jovens em Sapopema e no Turvo têm se destacado em planejar e gerir o turismo. No município de Sapopema, Ana conta que amigos que estudavam com ela no ensino médio hoje estão trabalhando com os pais na propriedade porque o turismo cresceu na localidade, na opinião de Ana, os jovens estão ficando no assentamento porque “[...] o turismo tem dado oportunidade [...] a trabalhar com o que tem aqui, os jovens têm valorizado a propriedade e os bens que têm aqui”.

Na propriedade vizinha quem se envolve mais é o filho mais velho da família que está “[...] agendando e organizando. Ele fala como vai ser. Ele chega na semana dizendo quem vem, quantos vem, traz produto de limpeza para organizar tudo. Aí a mulher cozinha. A minha filha não mora na propriedade, mas todo final de semana tá aqui para trabalhar também”. O agricultor explica ainda que o filho foi para Curitiba porque queria trabalhar e morar na cidade grande, mas a experiência não foi positiva e, ele se prepara para voltar a morar no campo com os pais e trabalhar com o turismo da mesma forma que alguns dos jovens do município, seus vizinhos no assentamento.

Embora no município do Turvo os jovens sejam os destaques no planejamento e gestão do turismo como detalhado anteriormente, nas palavras deles mesmos

[...] o grande problema hoje é o que esse jovem vai fazer no campo, porque a realidade do pai dele não existe mais. O êxodo rural ainda persiste aqui. Uma das jovens [...] ia para São Paulo e ficou para ajudar a servir os turistas. A renda do meu amigo é bem significativa e hoje ele trabalha com o que ele ama que é natureza no lugar que ele ama e foi criado (Informação verbal).

Sendo protagonistas do turismo no município eles compreendem o contexto da migração dos jovens do campo para a cidade. Quando o entrevistado menciona em seu relato a permanência de uma das jovens no Turvo, ele estava se referindo a uma jovem quilombola, que deixou de ir para cidade para ficar no Quilombo e trabalhar com o turismo na pequena localidade. Dessa maneira, na mesma fala eles apontam que a iniciativa é responsável atualmente pela permanência de jovens no pequeno município que traz oportunidades de se estabelecer dignamente no seu local desenvolvendo uma atividade socioeconômica alinhada com seus interesses e crenças. De fato, concordamos com ele que estatisticamente, quantitativamente, não podemos falar que o turismo tem revertido os indicadores de evasão desses indivíduos de pequenos municípios para os grandes, mas afirmamos que qualitativamente um jovem que permanece no campo, que permanece no pequeno município, com condições de ter qualidade de vida é o indicativo que existem saídas e é preciso investir nelas



Uma vez que os recursos financeiros são muitas vezes escassos, vale a pena notar que se pode conseguir muito com muito pouco a nível local ou regional, desde que as pessoas sejam estimuladas pelas oportunidades pessoais, por mais pequenas que sejam. Em todas as regiões, em todas as cidades, é possível encontrar jovens com motivação, espírito e vontade de promover a revitalização das suas cidades de origem, em vez de terem de emigrar para outros lugares. O problema é que raramente, ou nunca, têm a orientação ou a oportunidade de atuar. Os gestores políticos e os planejadores estão demasiadamente absorvidos nos seus grandes problemas. Seguem ao pé da letra o conceito de que "grandes problemas requerem grandes soluções". Não acredito na validade deste axioma. Acredito, de fato, que "grandes problemas requerem uma multiplicidade de pequenas soluções" (Max-Neef, 1986, p. 232, tradução nossa)<sup>3</sup>

Na pequena localidade de Yaxi na China, o fenômeno do êxodo de jovens para grandes aglomerações populacionais, em busca de oportunidades, também se tornou um dos desafios locais. Após ser certificada como uma *Cittaslow*<sup>4</sup> Em 2011, Yaxi passou a investir no turismo como uma das saídas e observou um movimento reverso da migração de jovens. As mudanças realizadas em Yaxi chamaram a atenção da população jovem que passou a migrar para o local com a intenção de investir no turismo. Apesar de estar baseada no programa *Cittaslow*, que segue orientações para fugir do turismo predatório, Yaxi começa a sentir os efeitos da pressão do turismo e tem procurado formas de gerir os novos desafios que se apresentam (Knox; Mayer, 2013). Embora tragam novos desafios, o que é esperado das relações sociais dialéticas estabelecidas, movimentos como o *Cittaslow* e, as iniciativas de TBC que estamos abordando, podem ser saídas simples para os pequenos municípios, que estimulem e tragam oportunidades para grupos sociais marginalizados, que têm sentido o peso dos efeitos de uma lógica que busca esvaziar suas existências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho o problema de pesquisa delineado foi questionar se o turismo de base comunitária é um vetor de inclusão social em áreas periféricas no Estado do Paraná. Para tanto, o objetivo geral foi analisar o turismo de base comunitária como vetor de inclusão social de mulheres, jovens e idosos nas comunidades locais de pequenos municípios no Estado do Paraná. A respeito do TBC no Estado do Paraná, foi possível observar sua diversidade e a amplitude no alcance dos múltiplos territórios e

<sup>3</sup> Puesto que los recursos financieros suelen ser escasos, vale la pena destacar que se puede lograr mucho con muy poco al nivel local o regional, siempre que el pueblo sea estimulado por las oportunidades personales que se le ofrecen, por reducidas que sean. En todas las regiones, en todas las ciudades es posible encontrar a jóvenes con motivación, espíritu y voluntad para promover la revitalización de sus ciudades natales, en vez de tener que emigrar a otros lugares. El problema es que muy rara vez, o nunca, tienen la orientación o la oportunidad de actuar. Los diseñadores de políticas y los planificadores están demasiado absortos en sus grandes problemas. Siguen al pie de la letra el concepto de que «los grandes problemas requieren de grandes soluciones». No creo en la validez de este axioma. En realidad creo que «los grandes problemas requieren de una multitud de pequeñas soluciones» (Max-Neef, 1986, p. 232).

<sup>4</sup> O movimento *Cittaslow* nasceu em 1999 na cidade de Chianti, na Toscana. Com o aumento do turismo na localidade a preocupação com a proteção da qualidade de vida dos residentes, fez nascer a proposta de manter o ritmo de vida local e, foi inspirado pelo movimento *Slowfood*. Ao ser certificada pelo movimento a localidade se compromete em cumprir determinados aspectos que respeitem o contexto da vida local (*Cittaslow*, s/d).



suas comunidades, circunstância que possibilita pensar em um alcance, em sentido territorial, amplo da inclusão social.

O envelhecimento da população, a evasão dos jovens, e os resultados preocupantes quando a renda é escassa para a autonomia das mulheres, são desafios enfrentados em áreas periféricas. Sobre esse contexto, observou-se que a contribuição do TBC ainda é tímida, mas significativa para as pequenas localidades, na medida que acolhe os idosos e valoriza seus saberes. Somando-se a isso, identificou-se que os jovens têm encontrado no TBC uma saída para sua permanência local, em razão das oportunidades de trabalho e renda, além de desenvolverem seu potencial social. Com relação às mulheres, foi possível compreender que a renda por meio do turismo é fundamental para busca da liberdade e, ainda, o TBC torna visível e remunera um trabalho historicamente invisibilizado.

Embora toda a família esteja envolvida nas ações para o turismo, identificamos que a mulher tem se sobrecarregado. Ela lidera o planejamento e gestão no núcleo familiar, além das atividades que já realizava anteriormente. Embora as entrevistadas demonstrem que ficar com a família e trabalhar com os filhos é um efeito positivo que o turismo proporciona a elas, inclusive remunerando a hospitalidade, que é um trabalho constantemente invisível. Em tratando-se de visibilidade, o turismo traz luz também, para esse trabalho não remunerado e, portanto, explorado. A visibilidade no trabalho técnico no campo, inclusive, foi o que motivou a adoção do turismo em uma das iniciativas para comunicar e remunerar seu trabalho.

Dessa forma, observou-se que turismo de base comunitária atua em diversas categorias da inclusão social, como por exemplo: a econômica, social, simbólica e política. Oportuniza que grupos vulneráveis se incluam ativamente nessas dimensões através do trabalho e da valorização sociocultural. Portanto, entendeu-se que o turismo de base comunitária pode ser considerado uma estratégia eficiente para promoção da inclusão social de mulheres, jovens e idosos, grupos que historicamente enfrentam processos de exclusão social, que resultam, muitas vezes, em um contexto de vulnerabilidade.

## REFERÊNCIAS

Alves, Z. M. M. B., & Silva, M. H. G. F. D. (1992). Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. *Paidéia*, 2(1), 15-28.

André, M. E. D. A. (1983). Texto, contexto e significado: Algumas questões na análise de dados qualitativos. *Cadernos de Pesquisa*, 45, 66-71.

Araújo, M. (2016). Turismo de base comunitária com foco em gênero: estudo de caso na Comunidade Morro Santo Antônio, Município de Itabira-MG. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2), 34-61.

Bauer, T. (2023). Community-based tourism and social inclusion: Recent perspectives. *Journal of Sustainable Tourism*, 31(2), 155-172.



Calvet, N. A; Conde, C. I; Almela, M. S. (2020). Feminización del empleo turístico y precariedad laboral. *Turismo: Estudos & Práticas* (UERJ), 9(2), 1-13.

Coriolano, L. N. M. T. (2006). *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*. São Paulo: Annablume.

Correa, M. R. (2016). Envelhecer na cidade. *Revista Espaço Acadêmico*, 184, 35-46.

Denkewicz, P. *Turismo, proteção ambiental e inclusão social na Ilha do Mel, litoral do Paraná. (2020)* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR. Recuperado de <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/69108>.

Elias, N., & Scotson, J. L. (1997). *Logiques de l'exclusion*. Paris: Fayard.

Fennell, D. A. (2024). Tourism and community empowerment: A review. *Annals of Tourism Research*, 91, 103-120.

Fernandes, M. E. (1991). Memória camponesa. In *Anais 21ª Reunião Anual de Psicologia* (p. 20), Ribeirão Preto, SP.

Irving, M. (2003). Turismo como instrumento para o desenvolvimento local: Entre a potencialidade e a utopia. In M. I. D'Avila Neto & R. Pedro (Orgs.), *Tecendo o desenvolvimento*. Mauad: Bapera Editora.

Irving, M. (2015). Turismo, áreas protegidas e inclusão social: Uma triangulação necessária em planejamento, no caso brasileiro. In M. Irving, C. G. de O. Rodrigues, A. Rabinovici, & H. A. Costa (Eds.), *Turismo, áreas protegidas e inclusão social: Diálogos entre saberes e fazeres*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem.

Knox, L. P; Mayer, H. (2013). Small Town Sustainability: Economic, Social and Environmental Innovation. *Urban Geography*, 31(8), 1150-1151.

Kropotkin, P. (2009). *Ajuda mútua: um fator de evolução*. São Sebastião: A Senhora Editora.

Maldonado, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In Bartholo, R; Sansolo, D. G; Bursztyn, I. (Orgs), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

Massey, D. (2008). *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertran Brasil.

Max-Neef, M. A. (1993). *Desarrollo a escala humana: Conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones*. Barcelona: Nordan-Comunidad.

Meus, A. G; Ethur, L. Z. (2021). O protagonismo da mulher e sua representatividade no desenvolvimento local da agricultura familiar. *Revista Conexão UEPG*, 17, 01-14.



Nascimento, E. P. do, & Costa, H. A. (2015). O jogo da inclusão e exclusão na dinâmica da sociedade moderna: Uma reflexão aplicada ao turismo. In M. Irving et al. (Eds.), *Turismo, áreas protegidas e inclusão social: Diálogos entre saberes e fazeres*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem.

Ploeg, J. D. (2008). Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Rezio, K. J. F, et. al. (2023). Pandemia de COVID-19: os impactos na vida de idosos de uma cidade pequena. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 22(5), 624-639.

Sánchez, M. (2023). Empowering women and youth through community-based tourism. *Gender and Development*, 31(1), 25-40.

Sancho, A. (2007). *Turismo: Alternativa efetiva de inclusão social? Uma reflexão sobre as políticas públicas de turismo no Brasil* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

Sancho, A. (2010). Interpretando o Plano Nacional de Turismo 2003/2007 sob a ótica da inclusão social. *Caderno Virtual de Turismo*, 10(3), 103-120.

Sancho, A., & Irving, M. A. (2011). Tendências de inclusão social no Plano Nacional de Turismo 2007-2010: Uma interpretação preliminar. *Revista Geografias*, 7, 47-57.

Santos, M. (2005). O retorno do território. *Territorio y movimientos sociales*. In *OSAL: Observatorio Social de América Latina*, 6(16). Buenos Aires: CLACSO.

Santos, M. (2006). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Teixeira, J. C. (2024). *Longe das grandes aglomerações se constroem novos caminhos os alcances do turismo de Base comunitária nos pequenos municípios periféricos do Paraná* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR.

Varotto, D.P. (2017). Agroecologia e gênero: perspectivas para a emancipação das mulheres e a agricultura familiar. *RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 3(3).

Wanderley, M. B. (1997). Refletindo sobre a noção de exclusão. *Serviço Social & Sociedade*, 55, 74-83.

Xiberras, M. (1993). *Les théories de l'exclusion*. Paris: Meridiens Klincksieck.

Zaoual, H. (2009). Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In Bartholo, R, Sansolo, D. G, & Bursztyn, I. (Orgs), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.



## **Cronologia do Processo Editorial**

*Editorial Process Chronology*

Recebido em: 24/02/2025

Aprovado em: 07/04/2025

Received in: February 24, 2025

Approved in: April 07, 2025